

Edil se recusa a depor em Comissão

Por **Gazeta de São João del-Rei** em 19/04/2014

Em silêncio. Essa foi a postura do vereador Gilberto Luiz dos Santos (PMDB) durante audiência pública da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal na quarta-feira, 16. A defesa do Edil ainda tentou nova manobra para suspender a reunião, mas não deu certo. Exatamente por isso, o vereador se recusou a responder aos questionamentos com aval do advogado, Pedro Pereira, que citou prerrogativa prevista na Resolução 1.785, de junho de 2009.



Acompanhado do advogado de defesa, Gilberto Santos assistiu audiência sobre escândalo do Bolsa Família em plenário lotado. Vereador, porém, se recusou a prestar depoimento – Foto: Gazeta

A atual esposa do legislador, porém, foi ouvida e falou sobre o suposto recebimento indevido de benefícios do Bolsa Família por cinco anos, coincidindo com os mandatos de Santos na Câmara. O argumento da auxiliar de serviços gerais se sustenta em problemas conjugais e negligência de Santos. “Não fez nada por nós. Só deixou que morássemos na casa em que construiu”, comentou em relação ao período entre 2009 e meados de 2013, quando teria recebido depósitos do programa governamental antes de reatar com Santos e se casar oficialmente, no final do ano passado.

Manobra

A reunião teve início com a leitura de um ofício no qual Santos pedia o afastamento do presidente da comissão, Fábio Silva (PSB). O vereador acusado de decoro parlamentar alegou ter se sentido lesado por postagens de Silva em redes sociais expondo documentos envolvidos no processo.

No texto Santos solicitava, ainda, que o encontro da última quarta fosse suspenso até que a Comissão decidisse pelo afastamento ou não de Silva. A bancada de Ética e Decoro Parlamentar pediu desculpas pela divulgação do material na internet, mas alegou que não havia motivos para adiar novamente a plenária. O presidente da comissão também foi mantido e Santos permaneceu em silêncio. “Não há necessidade de novo depoimento se toda a defesa dele já está nos autos. Como essa manifestação não é obrigatória, meu cliente se resguarda a esse direito”, disse o advogado Pedro Pereira.

Esposa

Gislane começou a falar por volta de 15h também acompanhada por Pereira em reunião marcada por deslizos da Câmara.

Ao ouvir os depoimentos, a bancada interrompia os interrogados para que secretários pudessem digitar o que era dito. O advogado, então, aproveitava as brechas para conversar com Gislane. Algo

que irritou o presidente da mesa. “Gostaria que o senhor a orientasse em outros momentos. Não agora, já em plenária”, censurou Silva.

Pereira argumentou que a esposa de Santos estava nervosa e gostaria de falar aos vereadores da Comissão em sigilo. O pedido causou protestos no auditório e Gislane seguiu sendo ouvida.

Segundo ela, o relacionamento com Santos teve início ainda em 1996, mas entrou em crise no início de 2009, quando ele assumiu o primeiro mandato. “O poder subiu à cabeça. Ele não voltava mais para casa e brigávamos constantemente. Não estávamos bem. Foi então que apareceu uma segunda mulher alegando ter um filho com ele e nos separamos, em junho”.

Segundo Gislane, após a separação ela e os três filhos (dois de Gilberto) passaram por dificuldades financeiras, fazendo com que ela recorresse ao Bolsa Família e recebesse o benefício até 2013, quando reatou com Santos e se casaram oficialmente.

O argumento contraria entrevista de Santos à Gazeta no final de fevereiro, quando disse que pagava as despesas das três crianças. “Nunca me afastei das minhas responsabilidades, mas a renda dela não era fixa”, alegou à época.

A Comissão de Ética segue analisando o caso. A previsão é de que o julgamento do Legislativo tenha ultimato até 16 de maio. Caso não seja inocentado, Santos corre o risco de perder o mandato.